

O SABER HISTÓRICO DOS PROFESSORES NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL*

VANDERLEI BALBINO DA COSTA**

RESUMO

O processo de ensino e aprendizagem, em todos os níveis, vem passando por diversas mudanças, principalmente no que diz respeito ao ensino de história ministrado nos anos iniciais do ensino fundamental. O presente estudo resultou do trabalho de conclusão de curso realizado no 7º e 8º período do curso de licenciatura em Pedagogia na Universidade Federal de Goiás UFG/ Regional Jataí. Nossa questão de pesquisa foi: Quais são os saberes históricos dos professores que ministram aulas de história nos anos iniciais do ensino fundamental? No intuito de responder essa questão de pesquisa, definimos os seguintes objetivos: conhecer e descrever quais são os saberes históricos dos professores presentes na sala de aula nos anos iniciais do ensino fundamental; compreender se os procedimentos didáticos pedagógicos utilizados pelos professores no ensino fundamental têm contribuído para a difusão do saber histórico; entender se o saber histórico dos professores dos anos iniciais no ensino fundamental tem contribuído para a difusão do conhecimento entre os alunos. A opção metodológica foi pela pesquisa qualitativa, dando enfoque aos referenciais bibliográficos, documentos e entrevistas nas escolas. Os resultados alcançados nos fizeram perceber que o saber histórico difundido pelos professores nos anos iniciais ainda encontra dificuldade pedagógica para se efetivar. As considerações, que não são conclusivas, nos levaram a refletir que os professores nos anos iniciais do ensino fundamental precisam de formação inicial e continuada para poder ministrar uma aula de história em uma perspectiva crítica.

Palavras chave: O saber histórico dos professores; anos iniciais; ensino fundamental.

INTRODUÇÃO

A história do Brasil, ao longo de cinco séculos, foi marcada por diversos períodos, principalmente no que tange a colônia, o império e a república. Neste sentido, pode-se afirmar que, do chamado descobrimento, à proclamação da independência em 1822, fomos administrados pela coroa portuguesa, cujas prioridades pela educação se restringiram apenas para os filhos dos colonos brancos bem sucedidos na colônia e também para os filhos dos donos de engenhos, cafeicultores, produtores de gado e donos das minas.

* Este trabalho é resultado de uma pesquisa realizada para fins de Conclusão de Curso (TCC) defendido em abril/2016 no curso de Pedagogia, da aluna Edna Franco de Oliveira, sob orientação prof. Dr. Vanderlei Balbino da Costa - Universidade Federal de Goiás (UFG)/Regional Jataí.

** Professor doutor do curso de Pedagogia da Universidade Federal de Goiás (UFG) – Regional Jataí.

Em relação à educação, poucas mudanças também foram registradas, pois assim como no período colonial, o período imperial pouco se importou com a educação para aqueles menos favorecidos durante a administração do governo imperial, representado pela figura de D. Pedro II. Deste modo, deve-se esclarecer que durante aproximadamente quatrocentos anos em que o Brasil esteve governado pela coroa portuguesa, seguida pela monarquia parlamentarista, a educação nunca foi prioridade, porque, na concepção do monarca, não era preciso educar indígenas e negros para trabalhar na agricultura, pecuária e mineração.

Ao se referir à proclamação da república em 1889, é notório afirmar que muitos acontecimentos antecederam o período republicano. Nesse paradigma, Saviani (2004) observa que episódios políticos, econômicos, sociais, culturais e educacionais marcaram as estruturas no final do século XIX.

Em um rápido olhar para os anos finais do século XIX, muitos acontecimentos foram determinantes para que a monarquia entrasse em declínio, como:

- A abolição da escravatura, que contribuiu para o descontentamento do latifundiário;
- A queda da monarquia que deu fim em aproximadamente quatro séculos de dominação portuguesa;
- A proclamação da república e a ascensão de uma nova forma de governar;
- A separação entre igreja e Estado, cuja desvinculação do poder político e religioso se tornou realidade;
- As novas ideias positivistas centradas nas teorias de nação, pátria e Estado livre;
- As migrações estrangeiras oriundas de países como: Japão, Itália, Alemanha, dentre outros.

A ascensão do setor industrial e urbano, discurso que se fez presente junto aos defensores do movimento republicano entre outros acontecimentos, foram determinantes para que, a partir de 1889, fosse proclamada a república brasileira.

Ao se referir ao ensino de história nos anos iniciais do ensino fundamental, ainda está presente a questão do nacionalismo, centrado nas ideias positivistas, certamente resquícios da Revolução Francesa que propunha às nações republicanas, os princípios de "liberdade, igualdade e fraternidade".

O presente estudo é resultado da investigação que ocorreu ao longo do 7º e 8º períodos no curso de pedagogia da Universidade Federal de Goiás/UFG/Regional Jataí, no qual nossa questão de pesquisa foi: Quais são os saberes históricos dos professores que ministram aulas de história nos anos iniciais do ensino fundamental?

No intuito de responder a questão de pesquisa proposta no nosso trabalho de conclusão de curso (TCC), pretendemos alcançar os seguintes objetivos: conhecer e descrever quais são os saberes históricos dos professores presentes na sala de aula nos anos iniciais do ensino fundamental; identificar quais são os principais saberes históricos dos professores nos anos iniciais do ensino fundamental; compreender se os procedimentos didáticos pedagógicos utilizados pelos professores no ensino fundamental têm contribuído para a difusão do saber histórico; entender se o saber histórico dos professores nos anos iniciais do ensino fundamental tem contribuído para a difusão do conhecimento entre os alunos.

Com a intenção de investigar como vem ocorrendo a formação docente nos anos iniciais do ensino fundamental, pretendemos, a partir de uma revisão bibliográfica e documental, abordar aspectos como: o ensino de história em uma perspectiva nacionalista; o ensino de história nos anos iniciais do ensino fundamental, limites, desafios e possibilidades e o ensino de história hoje, perspectivas críticas em sala de aula.

METODOLOGIA

O ensinar história hoje, exige compromisso, envolvimento, participação engajamento na e com as diversas causas sociais, nas quais a sociedade encontra-se inserida. Neste sentido, pensamos ser necessário assinalar que em uma perspectiva crítica, os docentes não podem e jamais poderão permitir que nossos educandos, fruto do processo de ensino e de aprendizagem, possam ser envolvidos por um discurso nacionalista, arcaico, ultrapassado que não contribui em nada para a formação da consciência política dos cidadãos em todos os seguimentos sociais.

O presente estudo fez opção pela pesquisa qualitativa, a qual “tem o ambiente natural como sua fonte direta de dados e o pesquisador como seu principal instrumento” (LÜDKE; ANDRÉ, 1986: 11).

A reflexão sobre o saber histórico difundido em sala de aula pelos docentes também utilizou-se da pesquisa bibliográfica. Neste sentido:

a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho dessa natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas (GIL, 2002: 44).

Considerando as opções teóricas que fizemos, quando da realização desta pesquisa, a elaboração do artigo também lançou mão de referencial documental, por acreditar que está nas legislações, decretos e resoluções diversos documentos que legitimam as propostas implementadas no sistema educacional em todos os níveis. Partindo dessa premissa a

pesquisa documental é aquela realizada a partir de documentos, contemporâneos ou retrospectivos, considerados cientificamente autênticos (não fraudados); tem sido largamente utilizada nas ciências sociais, na investigação histórica, a fim de descrever/comparar fatos sociais, estabelecendo suas características ou tendências [...] (PÁDUA, 1997: 62).

Os instrumentos para coleta dos dados se consubstanciaram em entrevista semiestruturada com três docentes que estão atuando nos anos iniciais do ensino fundamental. Desse modo, a entrevista semiestruturada caracteriza-se como um “processo de interação social entre duas pessoas na qual uma delas, o entrevistador, tem por objetivo a obtenção de informações por parte do outro, o entrevistado” (HAGUETTE, 1997: 86). Nessa mesma direção, deve-se observar que:

as entrevistas semi-estruturadas combinam perguntas abertas e fechadas, onde o informante tem a possibilidade de discorrer sobre o tema proposto. O pesquisador deve seguir um conjunto de questões previamente definidas, mas ele o faz em um contexto muito semelhante ao de uma conversa informal (BONI; QUARESMA, 2005: 75).

A reflexão teórica que fizemos acerca do saber histórico difundido pelos professores nos anos iniciais do ensino fundamental, utilizou-se da investigação qualitativa, considerando que foram entrevistadas três docentes que atuam nessa fase.

O respectivo estudo se baseou em referenciais bibliográficos e documentos oficiais, como decretos, legislações e resoluções que abordam o saber histórico dos professores nos anos iniciais do ensino fundamental.

As entrevistas semiestruturadas nos fez perceber que os docentes não têm muita clareza sobre o saber histórico que precisa ser ensinado em sala de aula, principalmente, porque a maior parte desses docentes não tem formação, preparação, qualificação e habilitação para atuar especificamente nesta área de formação.

REFERENCIAL TEÓRICO

Os problemas na formação dos professores ocorrem em todas as áreas, graus, níveis e modalidades. Ao se referir ao ensino de história nos anos iniciais, esses aspectos também são recorrentes, principalmente quando falamos das doutrinas nacionalistas que ainda se fazem presentes na sala de aula, dos limites e desafios que os professores enfrentam para ensinar história nos anos iniciais e finalmente quando pensamos no ensino de história hoje, mediado pelos professores que ministram aulas nos anos iniciais do ensino fundamental nas escolas da rede básica.

Ao fazer uma análise do currículo escolar ministrado atualmente na sala de aula pelos professores, em especial nos anos iniciais do ensino fundamental, é fácil notar que ainda estão presentes conteúdos como: festividades de cunho regional ou nacional, datas comemorativas como sete de setembro, descobrimento do Brasil, Proclamação da república e culto ao herói nacional Tiradentes, Dom Pedro I, Marechal Deodoro Da Fonseca, Marechal Rondon dentre outros.

Desfiles nas ruas acompanhados por centenas e/ou milhares de pessoas, comemorações patrióticas que ilustram a independência, o dia 15 de novembro (Proclamação da República), 21 de abril (Tiradentes) dentre outros, são exemplos de que nossos educadores ainda carregam em seu imaginário social doutrinas nacionalistas que diante das ideias positivistas elevam o tom de pátria, nação e Estado livre.

Esses encontros festivos contam com a participação de pais, alunos, professores e comunidade escolar que, em nome da pátria, vão às ruas comemorar uma independência política. No entanto, em Goiás, no dia 20 de novembro, por exemplo, não se comemora o dia nacional da consciência negra.

Atualmente, é um grande desafio ensinar história, porque, se por um lado, os professores na escola pública contam apenas com o recurso do livro didático, recomendado pelos órgãos oficiais, por outro lado, os educandos estão conectados à internet, com seus *smartphones* potentes e que não se preocupam em dispensar atenção aos conteúdos que os professores estão ministrando em sala de aula. Frente ao exposto, o primeiro desafio em ensinar história hoje, é a defesa de que a mesma precisa ser explicitada (BITTENCOURT, 2004). Daí, a autora faz a seguinte reflexão: por que estudar história e qual a sua contribuição para a formação dos alunos? É obvio que essa disciplina não desperta grande interesse aos educandos, porém, os professores tem que usar argumentos convincentes a fim de torná-la uma disciplina prazerosa, junto aos alunos em todos os níveis, em especial nos primeiros anos do ensino fundamental, onde esse papel é desempenhado pelo pedagogo que tem em sua formação disciplinas de Fundamentos e Metodologia das Ciências Humanas no curso de pedagogia da UFG.

Em uma única indagação, somos levados a refletir: quais os reais saberes históricos ensinados em sala de aula atualmente? Não sabemos. Mas porque não sabemos? Não sabemos por que os conteúdos ensinados são em essência baseados nas esferas do poder, encomendados pelos órgãos oficiais, dirigidos e explicitados nos livros didáticos.

Outro aspecto que enfatizamos nesta investigação diz respeito aos limites, desafios e possibilidades que os professores nos anos iniciais do ensino fundamental vêm enfrentando para ministrar aulas de história. Nesse sentido, um dos limites encontrados consiste: na escola, ao iniciar a preparação e elaboração do currículo, bem como dos conteúdos que vão ser ministrados, os professores vão se deparar com duas questões: Qual é o verdadeiro papel do

ensino de história nos anos iniciais do ensino fundamental? Que história os professores nos anos iniciais estão ensinando a esses novos sujeitos que estão chegando à escola?

Nos anos iniciais do ensino fundamental, acreditamos que o livro didático é sim um elemento importante para a difusão do saber histórico. No entanto, há outros recursos que realmente contribuem para a construção deste saber histórico, como por exemplo: fontes de época, imprensa escrita, textos escritos, história oral, filmes/documentários, rádios, jornais televisivos, arquivos públicos, museus, internet, dentre outros (SILVA; FONSECA, 2010).

Mas qual é o papel da escola quando nos referimos à construção do saber histórico em sala de aula? A nosso ver, a escola precisa ser um espaço importante para aquela grande população que não tem acesso a computadores, internet, bibliotecas locais e laboratórios. A escola a nosso ver é o local em que se produz conhecimento, que valoriza o saber, sistematizado ou não, enfim, lugar no qual se valoriza diferentes culturas.

Durante mais de duas décadas, fomos por força das armas obrigados a cultuar a ditadura militar, como se esse modelo fosse o melhor modelo político para uma nação, principalmente porque éramos obrigados a defender com unhas e dentes temas como: moral, civismo, ordem, progresso, organização social "pra frente Brasil" dentre outros.

Com o fim do período da ditadura militar em 1985, e com a instalação do governo civil, movimentos sociais como partidos políticos, sindicatos de trabalhadores, associação de professores dentre outros movimentos passaram a dar um novo tom aos princípios democráticos brasileiros, em especial a educação, agora desobrigada de cultuar os dogmatismos do nacionalismo que se fizeram presentes por mais de duas décadas na política brasileira.

Ensinar história hoje, em uma perspectiva crítica, significa dizer que nossos educandos, alvo do processo de ensino e aprendizagem, são novos sujeitos que não se interessam mais pelos mártires, pelos heróis, enfim, pelo patriotismo centrado em um nacionalismo arcaico e ultrapassado, presente nos dogmas da ditadura armada.

Ensinar história hoje em uma sala de aula, a nosso ver, depende de opções teóricas, escolhas democráticas e direcionamento pessoal daquilo que acreditamos. A opção por um currículo crítico, construído por meio da experiência cotidiana dos professores, revela visões e escolhas, que expressam tensões, conflitos, acordos, consensos, aproximações e distanciamentos (SILVA; FONSECA, 2010). Os autores nos alertam que está em nós as

escolhas por um ensino de história progressista, renovador, crítico, ou por uma história capaz de reproduzir os dogmatismos do nacionalismo.

ANÁLISE, DISCUSSÃO E CONSTRUÇÃO DOS RESULTADOS

A proposta do estudo teve como instrumento para coleta dos dados a entrevista com três professoras dos anos iniciais do ensino fundamental. Nesse sentido, nossa primeira questão foi: o que é o saber histórico nos anos iniciais do ensino fundamental para você? A professora 'A', em seu depoimento, afirmou: "Considero muito importante o estudo de nossa história, iniciando pelo estudo ou pesquisa da história e da formação do próprio aluno, suas origens, de onde vieram, de onde vieram seus pais, avós". A professora 'A' ainda acrescentou que "é importante que os alunos possam entender a importância da formação étnica, que o branco, o negro e o índio têm para a formação da história brasileira".

Dialogando com a professora 'B', a mesma, acerca do saber histórico ensinado em sala de aula afirmou: "Acredito que tudo que aprendemos tem uma história, por exemplo, história do seu próprio nome, história da família, história do município e do Estado".

Na mesma direção, a professora 'C' afirma que o saber histórico na sala de aula deve: "partir da própria história da vida do aluno, avançando para o estudo da história local que deve ser passada como algo vivo, vibrante, capaz de despertar paixão e colaborar para a compreensão do mundo".

Ao indagarmos as professoras sobre quais são as maiores dificuldades que elas encontram para ministrar aulas nos anos iniciais do ensino fundamental, as mesmas assim se manifestaram: Professora 'A': "As principais dificuldades encontradas para desenvolver o estudo da história inicia-se pela falta de conhecimento da própria história de vida dos alunos, dos seus familiares". Os livros didáticos não trazem quase nada da região Centro Oeste. O Estado de Goiás ainda se destaca como um Estado que teve muitos índios não catequizados.

Os relatos das entrevistadas demonstraram que há muitas dificuldades para ensinar história no ensino fundamental, porque os materiais que são usados não atendem à história local, do Estado e dos alunos. As três entrevistadas afirmaram que a falta de materiais de boa qualidade se torna um fator complicador para que seja possível ministrar uma boa aula. As

professoras afirmam que o interessante seria extrapolar os muros das escolas, levar os alunos para visitar museus, bibliotecas, laboratórios dentre outros.

A definição do termo disciplina seria então, concepções de conteúdos de ensino dotados de independência e próprios a realidade escolar, descolada do mundo exterior à escola. Teriam uma organização específica e interna sendo validadas por elas mesmas (SANCHES, 2009: 20).

Os cursos de formação de professores nas últimas duas décadas tem se esforçado para que as práticas educativas se tornem cada vez mais próxima dos alunos. Universidades, gestores públicos e até professores tem sido incisivos em defender que a educação passe a ser uma ação capaz de fazer com que os alunos sejam mais críticos diante do contexto social, no qual se encontram inseridos.

Essas reflexões nos levaram a questionar as professoras entrevistadas fazendo a seguinte questão: Diante deste contexto, considerando a sua formação a partir de um olhar crítico, o ensino de história melhorou ou piorou?

Na concepção da professora 'A', "a formação está melhorando, atualmente. Antes qualquer professor poderia ministrar aulas de história. Hoje, todos estão sendo formados na área e que possam desenvolver seu trabalho com propriedade. O professor tem papel importante que é o de preparar-se para a construção da identidade e memória dos educandos".

Essas reflexões nos levam a fazer a seguinte indagação: os novos professores apenas com a formação inicial, estão saindo das universidades preparados para ensinar todas as disciplinas nos anos iniciais do ensino fundamental? No contexto da disciplina de história, em uma perspectiva crítica, podemos afirmar que não. De acordo com a literatura que defende a formação continuada, os professores precisam constantemente participarem de cursos de formação, visando acompanhar as transformações que ocorrem na sociedade. Deste modo,

mantém-se incólume a concepção de História que vem sendo construída pelo ensino, desde as séries iniciais da escola fundamental: uma disciplina baseada num conhecimento imutável que pouco desenvolve as capacidades cognitivas das crianças. Menos ainda iniciam a aprendizagem do meio social, temporalmente localizado. Apesar de ser apontada pelos professores e especialistas em História como formadora da consciência crítica, a disciplina não atinge esse aspecto da formação

do indivíduo, ou melhor não inicia sua trajetória formativa nos primeiros anos de escolarização, presa que está aos aspectos factuais, considerados de mais fácil acesso para as crianças, por que seria uma informação concreta (ABUD, 2012: 558).

A quarta questão que fizemos às professoras sobre o ensinar história nos anos iniciais do ensino fundamental foi: em sua opinião, quais são os saberes históricos que você considera importante para ministrar aulas? Em seu depoimento, a professora A afirmou que: “muitos são os saberes históricos importantes para que os alunos possam se apropriar em sala de aula como: reconhecer semelhanças e diferenças sociais, econômicas e culturais no cotidiano escolar, na família e no local onde vive”. A entrevistada continua: “formar gradativamente cidadãos críticos em relação ao que se aprende em sala de aula e fora dela. A aula de história possibilita a desconstrução da própria história”.

As entrevistadas em geral partilham da teoria de que a formação dos professores para ensinar história muito pode contribuir para a formação de um agente social e crítico, bem como da importância da construção histórica e de se ter uma boa fundamentação teórica visando difundir diversos saberes históricos para a vida social e profissional dos alunos em todos os níveis.

Ensinar história exige dos professores criticidade, compromisso político e participação nos diversos seguimentos sociais. Para tanto, o professor que se preocupa com os diversos saberes, necessariamente irá precisar ser um agente envolvido com as questões na e fora da sala de aula. Portanto, os docentes precisam renovar e atualizar seus conhecimentos e desta forma saberão conduzir bem suas aulas de história. Essas reflexões nos revelam que:

o estudo de História deve ter o professor como meio de ligação entre o conhecimento e o aluno, derrubando desse modo o paradigma de que História é uma ciência decorativa. Logo, faz-se necessário que novas maneiras de ser, sentir e saber o mundo sejam estimuladas no ensino de História, visando favorecer a formação do cidadão para que este assuma formas de participação social, política e de atitudes críticas diante da realidade que o cerca, aprendendo a discernir limites e possibilidades em sua atuação e transformação da realidade histórica na qual está inserido (PEREIRA, 2011: 02).

A quinta e última questão foi: ao ministrar suas aulas de história, você prioriza o saber histórico que os alunos trazem para a sala de aula? (Explique de que forma)

Professora 'A': "A socialização dos conhecimentos prévios é muito importante durante as aulas de história. Dar oportunidade de falar sobre o que ouviu em casa com seus familiares ou mesmo na escola. Fazer relatos orais, escritos, representações com desenhos. Lembrar sempre que a história muda, e esperamos que seja para o melhor. Ela passou por intensa transformação, superando métodos tradicionais de estudo, ampliando seus conhecimentos construídos sempre".

Professora 'B': "Tudo que o aluno traz de bagagem para a sala de aula é relevante sim, para complementar o seu conhecimento dentro da disciplina de história".

O professor não tem que simplesmente tratar o aluno como um banco, que só recebe o conhecimento, mas sim conduzir seus alunos a participar, a utilizar sua mente em seu favor. Neste sentido, "a importância do papel do educador, mérito da paz com que viva a certeza de que faz parte de sua tarefa docente não apenas ensinar os conteúdos, mas também ensinar a pensar certo" (FREIRE, 1996: 14). Desta forma, observa-se que "tudo isso só funciona com o envolvimento do aluno e da escola, porque não adianta a proposta do professor, sem que as partes façam o seu quinhão, afinal, o conhecimento é uma construção coletiva e, assim sendo, não é responsabilidade apenas do professor" (RIBEIRO; POLONIAL, 2009: 09).

NOTAS CONCLUSIVAS

A escola exerce a nosso ver na atualidade a possibilidade de tomar dois caminhos. De um lado, romper gradativamente com o culto aos heróis, as datas comemorativas e a ilustração aos mártires. De outro, manter esse nacionalismo centrado na figura daqueles personagens que supostamente fizeram a história sozinhos como se isso fosse possível. Diante do exposto, a questão é: o que fazer para tornar nossos educandos sujeitos críticos, conscientes e afastado dos processos alienantes que a história oficial nos impôs durante décadas?

Ao se referir o ensino de história nos anos iniciais acreditamos que os professores têm pela frente uma árdua missão: não permitir que o ensino de história seja para favorecer a história dos heróis, dos vencedores, daqueles que se destacaram no poder. Pensamos que a história deve também se preocupar com as massas, com os vencidos, enfim, com os que

lutaram para ver nossa pátria livre da dominação estrangeira que nos explorou durante muitos séculos.

No decorrer da nossa investigação, conseguimos identificar que o ensino de história pouco mudou em relação ao verdadeiro papel que deve ocupar o professor enquanto agente social, crítico e consciente de sua transformação política.

Em plena era da globalização, do mundo moderno, ligado por redes, pensamos que é papel das universidades, em especial dos cursos de formação docente, habilitar cidadãos críticos, conscientes do verdadeiro ofício que ocupam na sociedade.

Outro grande desafio que a profissionalização docente vem enfrentando é como formar profissionais críticos, conscientes, desalienados se não há preocupação dos gestores públicos, compromisso ético com a formação dos novos docentes que estão adentrando na sala de aula.

Nessas reflexões, consideramos que não basta apenas formar, preparar, habilitar e qualificar profissionais para atuar nesse mundo globalizado. Precisamos sim, possibilitar que os novos docentes também tenham a oportunidade de se qualificar por meio da formação continuada, até porque, a sociedade é dinâmica, e assim, passa por constantes mudanças históricas, sociais, culturais e políticas.

REFERÊNCIAS

ABUD, Katia Maria. O ensino de História nos anos iniciais: como se pensa, como se faz. *Antíteses*, São Paulo, v. 5, n. 10, p. 555-565, jul/dez. 2012.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História**: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2004.

BONI, Valdete; QUARESMA, Sílvia Jurema. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. *Em Tese*. Florianópolis, vol. 2, n. 1, p. 68-80, jan./jul. 2005.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1996 – Coleção Leitura.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas S.A, 2002.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. **Metodologias qualitativas na Sociologia**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

PÁDUA, Elisabete Matallo Marchezine de. O processo de pesquisa. *In: ____*. **Metodologia da pesquisa: abordagem teórico-prática**. Campinas: Papirus, 1997.

PEREIRA, Jean Carlos Cerqueira. O ensino de história nas séries iniciais. *In: X JORNADA DO HISTEDBR*, 2011, Campinas. **Anais da X História da educação: intelectuais, memória e política**. Campinas, SP: HISTEDBR-FE/ UNICAMP, 2011.

RIBEIRO, Gracy Tadeu Ferreira; POLONIAL, Juscelino Martins Reflexões sobre o ensino de história e o saber histórico na sala de aula. *In: Professores: entre os desafios do cotidiano escolar e a realização profissional - Programação e resumos: III EDIPE/ Encontro Estadual de Didática e Prática de Ensino*. UEG/UniEvangélica/UFG/UCG/PED. Anápolis: Viera, 2009

SANCHES, Tiago Costa. **Saberes históricos de professores nas séries iniciais: algumas perspectivas de ensino em sala de aula**. 2009. 127f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação, Comunicação e Artes, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2009.

SAVIANI, Dermeval. **O Legado Educacional do Século XX no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2004.

SILVA, Marcos Antônio da; FONSECA, Selva Guimarães. Ensino de História hoje: errâncias, conquistas e perdas. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 31, n. 60, p. 13-33, dez. 2010.